**Projeto de Lei Nº 39/2025Projeto de Lei Nº 39/2025**

**Dá denominação oficial ao Prédio do Anexo**

**Administrativo da Câmara Municipal:**

**ANEXO ADMINISTRATIVO**

**“DEPUTADA FEDERAL AMÁLIA BARROS”**

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM APROVA:

**Art. 1º** - O prédio do Anexo da Administrativo da Câmara Municipal de Mogi Mirim, situado ao lado do Paço Municipal, passa a denominar-se**:**

**“ANEXO ADMINISTRATIVO**

**“DEPUTADA FEDERAL AMÁLIA BARROS”**

**Art. 2º -** Fica o Poder Legislativo autorizado a afixar, nas dependências do Anexo Administrativo da Câmara Municipal de Mogi Mirim, uma placa com a denominação do prédio, em homenagem à Deputada AMÁLIA BARROS, primeira mogimiriana a ocupar o cargo de Deputada Federal no Brasil.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões “Vereador Santo Róttoli”, em 23 de abril de 2025.

****

**Vereador CRISTIANO GAIOTO**

**Presidente da Câmara Municipal de Mogi Mirim**

**JUSTIFICATIVA**

A jovem mogimiriana AMÁLIA SCUDELER BARROS, nascida em 22 de março de 1985 conviveu com o ambiente da política durante toda sua vida, sendo filha dos ex-Presidentes da Câmara Municipal ALBINO BINO PERES DE BARROS e MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, que ocupa hoje o cargo de vice-prefeita da nossa cidade e irmã de João Manoel Scudeler de Barros.

Formou-se em jornalismo e transformou um drama pessoal em bandeira de luta para auxiliar pessoas que como ela foram acometidas por toxoplasmose e outras situações relacionadas a perda de visão.

Lançou o livro ‘Se enxerga! Transforme desafios em grandes oportunidades para você e outras pessoas’ onde conta sua história de desde as dificuldades até a superação e mudança de foco para ajudar tantas outras pessoas, além de ter criado o Instituto Amália Barros, que posteriormente foi rebatizado como Instituto Nacional da Pessoa com Visão Monocular.

Através do Instituto desenvolveu muitas campanhas de arrecadação de recursos e doações de próteses oculares e lentes esclerais, onde foram beneficiados milhares de pessoas.

Através de sua luta pessoal, conseguiu que o Congresso aprovasse o projeto que se tornou Lei Federal nº 14.126/2021, que reconheceu e classificou a visão monocular como deficiência sensorial assegurando direito e benefícios previstos para pessoas com deficiência, também aos monoculares.

Casada com Tiago Santos mudou-se para o Estado de Mato Grosso, e filiada ao Partido Liberal (PL), aceitou apresentar seu nome para disputa de cadeira no Congresso Nacional. Foi eleita com mais de 70 mil votos e tornou-se a primeira mogimiriana a ocupar a posição de Deputada Federal no Brasil.

Amália Barros na Câmara Federal prontamente abraçou as comissões de luta e de direito das pessoas com deficiência, e passou a integrar as Comissões de Pessoas com Deficiência, dos Direitos da Mulher e da Educação.

Em pouco tempo ganhou destaque pela sua força e firmeza na defesa das causas sociais que adotou primeiramente como luta de vida e depois como legado da sua linda história de luta, resiliência e dedicação para que os deficientes garantam seus direitos.

Nossa primeira mulher deputada mogimiriana nos deixou em 2024 por complicações após a cirurgia para retirada de nódulo no pâncreas com apenas 39 anos de idade, mas com um legado gigante, do tamanho de sua força e de suas realizações em prol dos monoculares, e depois dos deficientes e mulheres, na sua luta e nos exemplos que nos deixou.

Em homenagem a esta grande mulher, filha desta terra e exemplo para todos os mogimirianos, que apresento este Projeto de Lei para que seu nome ocupe lugar de destaque onde se faz representar todo o povo mogimiriano.